



BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE
SANTA CASA DE CESÁRIO LANGE
CNPJ. : 50.351.626/0001-10

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DO
MUNICÍPIO DE BIRGUI - ESTADO DE SÃO PAULO**

Edital de Chamamento Público nº 01/2023

BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o
nº 50.351.626/0001-10, com sede na Avenida São Paulo, nº
340, Vila Brasil, Cesário Lange, CEP. 18.285-000, por sua
procuradora infra-assinada, vem à ilibada presença desta r.
Comissão, nos termos do artigo 109, I, "a" da Lei nº
8.666/93 e item 9 do edital de chamamento público
apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão da
Comissão de Seleção do Município de Birigui/SP, pelos fatos
amplamente demonstrados abaixo:

DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

Conforme consta no item 9 do referido
edital, é de notório conhecimento que os participantes do
certame terão 5 (cinco) dias a contar da publicação do
resultado final, no Diário Oficial de Birigui:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SETOR DE PROTOCOLO - URPRO-5

Processo nº 24071 CAI 134.027

Assunto: Documentos

Data: 31/10/2023

Usuário: Fabiana S. de Paula

Processo -> 24073



BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE
SANTA CASA DE CESÁRIO LANGE
CNPJ. : 50.351.626/0001-10

9. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Após a declaração do vencedor, será facultada aos PARTICIPANTES, nos termos da legislação vigente, a interposição de recurso administrativo em face de todas as decisões constantes da ata referida no item 7.2.5, dirigido a COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO, no prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados da intimação do ato ou da lavratura da referida ata.

Assim, após a devida publicação no Diário Oficial do Município no dia 24/10/2023, o prazo fatal para apresentação do recurso é dia 31/10/2023:

PREFEITURA DE BIRIGUI-SP
EDITAL Nº 01/2023 - CHAMADA PÚBLICA 01/2023
JULGAMENTO DA PROPOSTA
A COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO, após análise dos documentos apresentados no envelope 02-PROPOSTA TÉCNICO-FINANCEIRA DE PROGRAMA DE TRABALHO, TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO JULGAMENTO: Fica a Organização Social ORGANIZAÇÃO MÃOS AMIGAS, CNPJ: 22.741.429/0001-72, classificada em primeiro lugar e a Organização Social ASSOCIAÇÃO DE BENEMERÊNCIA SENHOR BOM JESUS, CNPJ: 52.941.614/0001-71 classificada em segundo lugar e a BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE, CNPJ: 50.351.626/0001-10 desclassificada por não atender o item 8.4, subitem 8.4.2. Diante do exposto essa Comissão julga como VENCEDORA a Organização Social ORGANIZAÇÃO MÃOS AMIGAS, CNPJ: 22.741.429/0001-72. Fica aberto o prazo de 05(cinco) dias úteis para interposição de eventuais recursos administrativos. O julgamento na íntegra com as considerações da Comissão Especial de Seleção, encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Saúde, situada a Praça Gumercindo de Paiva Castro, s/n, Birigui/SP e também no Site: www.birigui.sp.gov.br. Birigui-SP, 23 de Outubro de 2023.

No mesmo sentido, observa-se no preâmbulo do edital do certame que serão seguidas as condições impostas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993:



BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE
SANTA CASA DE CESÁRIO LANGE
CNPJ. : 50.351.626/0001-10

público para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar **PROCESSO DE SELEÇÃO** destinado às ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, qualificadas em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 9.637/1998, na Lei Municipal nº 5.865/2014, combinada com o Decreto Municipal nº 5.430/2015, e, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993, conforme Art. 191 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, para celebrar Contrato de Gestão objetivando a **OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR NO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DR. "ALCEU LOT" NO MUNICÍPIO DE BIRIGUI, ESTADO DE SÃO PAULO.**

Ou seja, tal ordenamento dispõe em seu art. 110 a forma de contagem do prazo da interposição recursal:

Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento**, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

E o art. 109 do mesmo ordenamento, dispõe a quantidade de dias úteis para tal feito:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de **5 (cinco) dias** úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

b) julgamento das propostas;

Assim, de acordo com a Lei 8.666/1993, o prazo para interposição de recurso contra a decisão de julgamento da proposta do licitante é de **05 (cinco) dias**



BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE
SANTA CASA DE CESÁRIO LANGE
CNPJ. : 50.351.626/0001-10

úteis, ou seja, o prazo fatal para apresentação do recurso é o dia 31/10/2023.

Portanto, tempestivo o presente recurso.

DA RAZÃO DE INCONFORMISMO

O Senhor Prefeito Municipal deflagrou o Chamamento Público nº 01/2023, cujo objeto destina-se a:

“EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR NO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE BIRIGUI DR. “ALCEU LOT”, POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO.”

O certame teve sua sessão inaugural em 11.05.2023 às 09h00min.

Para concorrência no certame deveriam as Organizações Sociais postulantes entregar, na data horário agendando dois envelopes, sendo o primeiro referente aos documentos de Habilitação, o segundo referente a Proposta Orçamentária.

Durante a sessão, os membros da Comissão analisaram os documentos apresentados, assim como os representantes de todas as entidades participantes.



BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE
SANTA CASA DE CESÁRIO LANGE
CNPJ.: 50.351.626/0001-10

Após a habilitação de apenas 3 participantes, a r. Comissão aprazou a sessão de abertura dos envelopes II para o dia 20/09/2023.

Porém, todas as propostas foram desclassificadas e concederam o prazo de 8 (oito) dias para apresentação de novas propostas, vejamos a publicação do dia 03.10.2023, segue:

EDITAL No 01/2023 - CHAMADA PÚBLICA 01/2023
JULGAMENTO DA PROPOSTA

A COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO, após análise dos no orçamento vigente, aprovado pela Lei no 7.201, de 22 de dezembro de 2022 no âmbito dos programas da Câmara Municipal de Birigui, conforme discriminado abaixo: documentos apresentados no envelope 02 (Proposta Técnica-financeira), TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO JULGAMENTO aos proponentes:

1-) ORGANIZAÇÃO SOCIAL BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A SAÚDE E 01.01.00 01.031.0001.1.001 / 4.4.90.51.00 no 01 Fonte: 01 330.000,00 EDUCAÇÃO - ORGANIZAÇÃO MÃOS AMIGAS, CNPJ: 22.741.429/0001-72, 2-) ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA SENHOR BOM JESUS, CNPJ: 52.941.614/0001-71, 3-) BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE, CNPJ: 50.351.626/0001-10. A Comissão decide por desclassificar todas as propostas apresentadas por não atenderem ao edital conforme as respectivas referências. **Fica aberto o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de novas documentações sanadas as referidas causas, devendo a entrega ser realizada pelas Organizações Sociais até o dia Dezoito de Outubro de 2023 às 8h55 (horário de Brasília) na sede administrativa, sito à rua Anhanguera, n° 1155, Jardim Morumbi, Birigui/SP, com posterior realização da Sessão Pública as 9h..** O Julgamento na íntegra com as



BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE
SANTA CASA DE CESÁRIO LANGE
CNPJ. : 50.351.626/0001-10

considerações da Comissão Especial de Seleção, encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Saúde, situada a Praça Gumerindo de Paiva Castro, s/n, Birigui/SP e também no Site: www.birigui.sp.gov.br. Birigui- SP, 02 de Outubro 2023.

Ao final, classificou a entidade MÃOS AMIGAS como vencedora do certame em questão.

1. DA INCORRETA CLASSIFICAÇÃO DA MÃOS AMIGAS

Cumprido de início estabelecer que a Administração Pública não é dada a premissa de descumprir o edital do certame, tampouco inovar ou debruçar em rigorismo excessivo sob pena de violar o disposto nos artigos 41 e 3º, da Lei nº 8.666/93.

Em que pese todo nosso respeito a r. Comissão, não nos parece lícito e aceitável a conduta adotada na sessão de reapresentação da Proposta Técnica-Financeira, vez que violou sua própria decisão que determinou nova apresentação de documentação escoimada dos vícios que as desclassificaram.

O amparo repousa nas disposições do art. 48. §3º, da Lei nº 8.666/93, vejamos:

§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas



BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE
SANTA CASA DE CESÁRIO LANGE
CNPJ.: 50.351.626/0001-10

escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.

Notadamente, a Organização Social Mãos Amigas ficou-se inerte em apresentar nova Proposta Técnica-Financeira, apresentando apenas nova planilha financeira.

Ora, D. Comissão, o **ANEXO IV - ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICO-FINANCEIRA DE PROGRAMA DE TRABALHO**, disciplina a proposta na sua totalidade, sendo a proposta financeira (**item C3**) apenas a conclusão lógica da proposta técnica construída.

Outrossim, no **item C1, "h"**, do roteiro está a previsão do dimensionamento do pessoal, ou seja, o que deveria ter sido alterado pela Organização Social Mãos Amigas, a qual não o fez, quedando-se inerte e, quando questionada, cuidou apenas em ratificar Plano de Trabalho que fora desclassificado, exatamente em razão do dimensionamento que está no **item C1, "h"**, do Plano de Trabalho.

Portanto, essa r. Comissão, julgou proposta anteriormente desclassificada, o que não se compraz com o que a própria Comissão determinou em publicação do dia 03.10.2023, quando determinou apresentação de nova documentação com correção das irregularidades que desclassificaram as entidades participantes.



BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE
SANTA CASA DE CESÁRIO LANGE
CNPJ. : 50.351.626/0001-10

Isso porque a Organização Social Mãos Amigas apenas retificou o item C3 da Proposta, sem alterar o item C1, "h", deixando dúbia a proposta, o que causaria temeridade a municipalidade quando da implantação dos serviços.

Ora, no julgamento da proposta, especificamente no item C1, "h", o qual não foi retificado a Organização Social Mãos Amigas teve nota máxima atribuída a item anteriormente desclassificado.

Pois bem, urge analisarmos que a proposta técnica-financeira integram o Contrato de Gestão, conforme se depreende da Clausula Primeira, parágrafo segundo, da minuta do contrato de gestão:

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fazem parte integrante deste CONTRATO DE GESTÃO:

a) Anexo I - Plano de Trabalho da Contratada;

b) Anexo II - Plano Orçamentário e Cronograma de Desembolso;

c) Anexo III - Sistema de Acompanhamento e Avaliação;

d) Anexo IV - Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis e Imóveis;



BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE
SANTA CASA DE CESÁRIO LANGE
CNPJ.: 50.351.626/0001-10

e) Anexo V - Relação de Bens Patrimoniais;

Desta feita, integrará o Contrato de Gestão Plano de Trabalho desclassificado pela Comissão e ratificado pela recorrida Mãos Amigas????

Em analogia a Teoria dos frutos da árvore envenenada, valer-se de proposta que fora desclassificada, ratificando-a, envenena a própria essência da determinação da Comissão de apresentar nova proposta escoimada dos vícios. A uma porque não se retificou os itens que causaram a desclassificação. A duas porque se ratificou o dimensionamento que causou a desclassificação. Por fim, por não apresentar novo dimensionamento no item C1, "h" ratificando da proposta desclassificada, a qual não guarda relação de validade com a nova proposta financeira.

De mais a mais, com a recorrente o rigorismo excessivo novamente desclassificou sua proposta, sem que houvesse razões lógicas para tanto, o que será discutido em tópico próprio.

Assim, requer seja o presente recurso julgado procedente para o fim de desclassificar a Organização Social Mãos Amigas pelo descumprimento da apresentação de nova proposta, nos exatos termos acima expostos.

Não sendo esse o entendimento dessa i. Comissão, o que viola os limites da Lei e a própria determinação dos julgadores, não haverá saída outra senão recorrer ao Poder Judiciário para sanar a ilicitude.



BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE
SANTA CASA DE CESÁRIO LANGE
CNPJ.: 50.351.626/0001-10

2. DA DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRENTE

Cumpre esclarecer inicialmente que a r. Comissão desclassificou a proposta da recorrente com fulcro no item 8.4, subitem 8.4.2, o qual assim estabelece:

8.4.2. Nenhum dos itens de avaliação previstos nos itens 8.2.1. e 8.2.2. deste edital poderá ter avaliação igual a 0 (zero), sob pena de eliminação.

Ou seja, o não atingimento da nota mínima que fora desencadeada pela atribuição de nota 0 (zero) no dimensionamento de pessoal, o que não merece prevalecer, senão vejamos.

Consta do julgamento da Comissão que a recorrente não teria dimensionado no quadro de pessoal os seguintes profissionais: Técnico de Radiologia e Técnico de Imobilização. Ainda que, não teria sido previsto a carga de 24 horas diárias dos serviços de Laudos de Ultrassonografia e de Tomografia.

Pois bem, notadamente a instituição apresentou declaração prevista no **ANEXO II - ATESTADO DE COMPARECIMENTO PARA A VISTORIA TÉCNICA**, na qual a recorrente declara que:

...vistoriou o local, levantando as informações necessárias para a execução dos serviços, inclusive quanto às suas instalações físicas, prediais, equipamentos e recursos humanos, **não podendo alegar**



BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE
SANTA CASA DE CESÁRIO LANGE
CNPJ. : 50.351.626/0001-10

qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da formulação de seu Plano de Trabalho ou do perfeito cumprimento do futuro Contrato de Gestão.

Isso importa dizer que a recorrente ter total conhecimento das condições locais e técnicas para execução do objeto do certame e suas necessidades.

Outrossim, a recorrente é atual gestora da do Pronto Socorro Dr. Alceu Lot, tendo total conhecimento dos itens que apresentou e fora desconsiderado e desclassificado.

Nessa esteira, devemos trazer à baila o fato de ter a Administração dimensionado os custos no plano de Custeio dentro de despesas com Pessoa Jurídica, senão vejamos onde encontra-se cada uma:

Serviço de Terceiro – Pessoa Jurídica	Mês 01
Serviço técnico profissional – contabilidade	
Serviço técnico profissional – jurídico	
Serviço de Fornecimento de alimentação	
Serviço de Energia Elétrica (sede e pronto socorro)	
Serviço de Água e Esgoto (sede)	
Serviço de telecomunicações – Telefonia e Internet (sede e pronto socorro)	
Serviço de socorro e salvamento (locação de ambulância - 192)	
Serviços gráficos	
Serviço de Confecção de uniformes	
Serviço de Vigilância Ostensiva	
Serviço de Coleta de resíduos	



BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE
SANTA CASA DE CESÁRIO LANGE
CNPJ. : 50.351.626/0001-10

Serviço de Medicina do Trabalho	
Locação e manutenção desoftware (relógio ponto e software)	
Locação de Imóvel (sede administrativa)	
Locação de máquinas e equipamentos (médicos e administrativos)	
Manutenção e conservação de bens imóveis	
Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	
Frete e transporte de encomenda	
Outros serviços de Terceiro	

Notadamente a Administração previu que tal despesa seria pela intermediação de pessoa jurídica, ou seja, dentro do número previsto pela Administração de colaboradores e cobertura, a recorrente cotou o serviço e lançou nos custos dentro do Plano Custeio, estando resguardado que referido serviço será especificamente prestado.

Antes de falar do demais serviços, cumpre ressaltar que a minuta do Contrato de Gestão traz as seguintes obrigações para o proponente, as quais foram rigorosamente observadas no escopo da cláusula segunda, no seguintes itens, segue:

58. Fornecer equipe de segurança para a unidade gerenciada ininterruptamente;

87. Disponibilizar e/ou manter Serviço de Radiologia, o qual deverá funcionar diariamente e de maneira ininterrupta, para



BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE
SANTA CASA DE CESÁRIO LANGE
CNPJ. : 50.351.626/0001-10

realizar todos os exames considerados de urgência e emergência;

Assim, da mesma forma, fizemos a previsão dos valores de contratação dos serviços Radiológicos, os quais estavam previstos no Plano de Custeio como despesa com Pessoa Jurídica, segue:

Serviço Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratorial –Pessoa Jurídica	Mês 01
Diretor Técnico/Clinico	
Imobilização Ortopédica	
Laboratório de análises clínicas	
Médico Cardiologista	
Médico Laudista	
Médico Ortopedista	
Médico Plantonista e Supervisorresponsável	
Médico Ultrassonografista	
Serviços Odontológicos(dentista)	
Serviço de radiologia	

Ocorre que, atualmente já prestamos esses serviços no Pronto Socorro de Birigui e a cotação seguiu os mesmo moldes anteriores, todavia sob a escopo do edital do presente chamamento.

Por conseguinte, cotamos os quantitativos exigidos pelo edital do certame para os serviços de laudos de Ultrassonografia e Tomografia, na modalidade à distancia, ou seja, sempre a disposição (entendendo que o serviços é prestado a qualquer hora do dia ou da noite, haja vista que trata-se de um Pronto Socorro.



BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE
SANTA CASA DE CESÁRIO LANGE
CNPJ. : 50.351.626/0001-10

O que não é crível é ser "penalizado" com nota 0 (zero) quando o serviço foi devidamente cotado e lançado na planilha financeira, bem como tratando-se de serviços na prestados atualmente na mesma modalidade (idênticos aos atuais serviços prestados).

Não resta dúvidas que a r. Comissão adotou rigor excessivo e atribuiu nota incondizente coma proposta apresentada pela recorrente.

Ora, a recorrente se vinculou aos ditames do edital, dele tem total conhecimento. A partir dele ofertou sua proposta técnica-financeira, diga-se, com previsão total de despesas, tendo sido atribuída nota zero quando a própria Administração Pública previu as despesas por intermediação de Pessoa Jurídica.

Assim, não restam dúvidas que a proposta da recorrente não merecia ser desclassificada por atribuição de nota zero, quando os valores são condizentes ao mercado e aos serviços solicitados e propostos.

No causa assombro os pesos e medidas utilizados entre as prerrogativas dadas a recorrida Mãos Amigas que ratificou proposta desclassificada e não retificada de acordo com a proposta financeira e o desdém de quem já presta os serviços atualmente e com excelência, bem como com o mesmo plano de trabalho que outrora sagrou-se vencedor com pontuação robusta.

A análise de todo o cenário não restam dúvidas da existência de dirigismo para ver sagrar-se vencedora outra instituição que melhor atenda interesses da



BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE
SANTA CASA DE CESÁRIO LANGE
CNPJ. : 50.351.626/0001-10

Administração, inclusive sob Coordenação e representação nesse certame de pessoa de bom transito e vinculo de parentesco com pessoas do segundo e terceiro escalão da Administração.

Assim, requer seja o presente recurso acolhido para atribuir nota máxima ao dimensionamento de pessoal e serviços previsto por intermediação de pessoa jurídica, atendendo com rigor os termo do edital.

3. DA PONTUAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO E DO NÃO APONTAMENTO DE INCONSISTENCIA DA PROPOSTA TÉCNICA

Mais uma vez essa r. Comissão comete falhas que ferem os princípios que regem a Administração Pública. Vejamos:

Todo ato administrativo para que desencadeie efeitos no mundo jurídico deve observar os princípios para sua validade, mormente, o da motivação administrativo, o qual esta diretamente ligado a fundamentação (legalidade) do ato.

No caso em tela, ao se observar a matriz de avaliação e atribuição de pontuação, sequer há fundamentação da Comissão qual o motivo da não atribuição de pontuação em alguns tópicos, o que implica em violação do edital e não fornecimento de elementos para exercício do contraditório e ampla defesa da recorrente (art. 5º, LV, da CF/88).



BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE
SANTA CASA DE CESÁRIO LANGE
CNPJ. : 50.351.626/0001-10

Ou seja, não temos como sequer debater e apontar no bojo de nosso plano de trabalho os motivos que não devem prevalecer a decisão da Comissão.

Outrossim, estamos a falar de plano de trabalho que há mais de 2 (dois) anos está sendo executado no gerenciamento e operacionalização dos serviços de saúde do Pronto Socorro de Birigui e, outrora, foi aprovado com pontuação robusta por esta Administração Pública.

Nesse contexto, não restam dúvidas que além de suportar um calote e desdém desta entidade que as duras penas mantem um serviço e garante a população serviços de qualidade, agora enfrenta uma caçada para extirpá-la de qualquer chance ou oportunidade para satisfazer o **REIZINHO MANDÃO**.

Portanto, em face da falta de motivação da pontuação atribuída a cada uma das entidades concorrentes, essencialmente, a falta de motivação da não pontuação da entidade nas notas máximas de cada item, requer seja anulada a decisão, nos termos da Súmula 473 do STF, para garantir a legalidade e a lisura do processo, bem como possibilitar o exercício do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, CF/88), sob pena de violar princípios fundamentais.

Caso assim não entenda essa Comissão, o que se adite apenas para argumentar, requer seja a decisão fundamentada para que possamos buscar o Socorro do Poder Judiciário.



BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE
SANTA CASA DE CESÁRIO LANGE
CNPJ.: 50.351.626/0001-10

DA CONCLUSÃO

Portanto, resta demonstrado que esta recorrente atendeu a todas as exigências contidas no edital, carecendo de reforma a decisão que desclassificou a BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE para reforma-la nos moldes da argumentação supra.

Do mesmo modo, conforme se comprova pelos documentos entregues pela Organização Social MÃOS AMIGAS, não ficou comprovado o atendimento a TODOS os requisitos da proposta orçamentária, sendo que, inadvertidamente e em total desvinculação ao edital do certame, houve por bem a comissão declarar a mesma como vencedora, merecendo reforma tal ato, nos termos de toda a fundamentação acima exposta.

Portanto, à míngua de informações necessárias à robusta fundamentação, em razão da decisão da administração, a recorrente impugna neste ato a decisão constante na Ata de decisão, uma vez que não condiz com a primazia de um julgamento legal, justo e motivado, consagrando-se como vencedora de um certame tão importante quanto este, uma concorrente que não atendeu o edital, bem como não há fundamentação e motivação lógica para tal fato, merecendo ser anulado o julgamento, nos termos acima expostos.

DO REQUERIMENTO

Por fim, requer o recebimento e o deferimento do presente recurso, com a posterior



BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE
SANTA CASA DE CESÁRIO LANGE
CNPJ. : 50.351.626/0001-10

desclassificação da entidade **MÃOS AMIGAS**, reclassificação das concorrentes e julgamento motivado das propostas.

Não provendo o presente recurso por esta r. Comissão, conforme os fatos amplamente narrados, requer, a imediata remessa à autoridade superior, por medida da mais lúdima Justiça!

De Cesário Lange/SP para Birigui/SP, 30 de outubro de 2023.

(assinado digitalmente)
BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE
ALINE DE OLIVEIRA LOURENÇO
PROCURADORA CREDENCIADA

Este documento foi assinado digitalmente por Aline De Oliveira Lourenco.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código 4652-027A-1B25-F036.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/4652-027A-1B25-F036> ou vá até o site <https://izisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4652-027A-1B25-F036



Hash do Documento

0CF8B7504E65BB9CFC1491540BE40ED7625B59C5B9D5D53C3F595697DD7356C1

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/10/2023 é(são) :

☒ ALINE DE OLIVEIRA LOURENCO - 303.389.888-23 em
31/10/2023 14:13 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

